

A INFORMAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO SOCIAL

Valerio Rohden

Devo mostrar a relação entre informação e progresso social. O social qualifica o progresso. A expressão progresso social vincula-se estreitamente com a de democracia. Minha apresentação é por isso feita também desde uma perspectiva de filosofia política.* Só que em um ambiente tão amplamente feminino, onde a oportunidade de falar causa um prazer maior do que em outros meios, não poderia deixar de introduzir o tema mediante uma referência às idéias de uma mulher que ainda na semana passada foi capa de revista sob o título: "O charme da filosofia".¹ Com Marilena Chaui não considero a democracia "reduzida à dimensão de um sistema estritamente político, mas como forma da própria vida social".² A democracia concerne à participação não privilegiada da vida social. Esta participação dá-se através de informações que se possui, se produz, se recebe, e através dos benefícios usufruídos em decorrência das mesmas. Por isso Marilena Chaui observa que "talvez a condição social mais premente da democracia seja a questão da informação" (*op. cit.*: 94), enquanto ao invés a fórmula que rege o processo de informação nas sociedades não democráticas é: "Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância" (*op. cit.*: 95). O discurso competente insere-se em todos os âmbitos da vida social, criando dualismos, no sentido de que a massa dos que dele não participa é não só considerada "menor", mas também a-social, incapaz, conduzindo à caricatura democrática da cultura

(*) O presente trabalho foi apresentado no painel "Sociedade Biblioteconomia" (27-02-82), por ocasião da VI Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação (Porto Alegre, RS).

chamada “cultura popular”. Ora, nós ouvimos falar tanto de espaço público da opinião, de levantamentos de opinião, de consulta à opinião pública, que assume um status científico para uma certa sociologia subjetivista, ou um valor político no momento do voto. Apenas a opinião, isto é o não-saber subjetivo e manipulável é público; o saber não chega a ter alcance geral, mas se limita ao privilégio dos bem dotados. “É a noção de competência — observa Marilena Chaui na Apresentação de seu livro, que torna possível a imagem da comunicação e da informação como espaço da opinião pública, imagem aparentemente democrática e, na realidade, antidemocrática por excelência, pois ao fazer do público *espaço da opinião*, essa imagem destrói a possibilidade de elevar o saber à condição de coisa pública, isto é, de direito à sua produção por parte de todos” (*op. cit.*: 2). Eu diria que essa mentalidade, muito difundida entre nós, do saber como assunto restrito, em sociedades menos desenvolvidas encontra campo político entre governos tecnocráticos, cujas políticas são a um tempo autoritárias e paternalistas, não vendo as massas como fonte de informação para a sua ação e conseqüentemente desqualificando toda discussão e crítica delas proveniente como inapta a contribuir para o progresso social e, portanto, como devendo ser desativada.

Um outro filósofo, que também veria com agrado atribuir *charme* à sua filosofia, na medida em que isto não constituísse condição mas resultado estético dela — um filósofo igualmente bem quisto entre as mulheres de seu meio — o alemão Immanuel Kant, num escrito interdito pela censura da sua época e intitulado: “Se o gênero humano encontra-se em constante progresso para o melhor” (escrito esse depois publicado camufladamente dentro de outro ensaio *O conflito das faculdades* (1798), na segunda seção intitulada “O conflito da faculdade de filosofia com a faculdade de direito”), desenvolve uma concepção de progresso em estreito vínculo com o esclarecimento público e livre. À pergunta, se a humanidade em conjunto progride constantemente para o melhor, Kant responde através de outra pergunta: “como é possível uma história a priori?”. Isto é, como podemos saber de antemão e fundamentamente o que acontecerá? Ora, ao nível da história podemos sabê-lo na medida em que o mesmo que prediz produz e promove os fatos que ele pré-anuncia. A questão do pré-saber do futuro e, no caso, a propósito do progresso humano, não pode ser respondida simplesmente ao nível da experiência, porque a experiência não dá conta da liberdade humana, que transcende sempre os limites dados. A experiência atesta, antes, como essa liberdade procura ser cerceada, para que a história não seja de todos e o progresso seja só de alguns. A política é, ao nível da

experiência, uma amostra freqüente de como se tenta impedir pela manipulação o progresso humano em liberdade. A seguinte citação ilustra essa forma de política: "A gente tem que — dizem os políticos — tomar os homens como eles são, e não como pedantes desinformados do mundo ou como utopistas bem intencionados sonham que eles deveriam ser. Só que este *como eles são* deveria significar: para o que mediante coerção injusta e mediante traiçoeiros golpes, os *fizemos* a serviço do governo, ou seja, teimosos e tendentes à revolta; quando então, se o governo afrouxa um pouco as rédeas, ocorrem tristes conseqüências, confirmando a profetização daqueles pretensamente sábios políticos".³

A questão kantiana do progresso humano global e constante não pode ser facilmente respondida, pois a seres livres podemos dizer o que devem fazer, mas não podemos predizer o que de fato farão. Não sabemos se farão o mal, para o qual manifestam uma tendência misturada à tendência para o bem. Segundo o monge Coyer, nada no homem é constante a não ser a sua inconstância. Kant, não obstante, insiste na pergunta, se não existe presentemente algum indício, ao nível da experiência, pelo qual possamos certificar-nos do progresso da humanidade para o melhor. E aponta para a experiência, de que (segundo suas palavras) todos participamos com entusiasmo, da Revolução Francesa, a qual só pode ter como causa uma disposição moral no gênero humano: ao nível do direito — de um povo dar-se a constituição civil que lhe aprouver; e ao nível dos fins, segundo os quais é boa a constituição que por princípio evite a guerra, permitindo assim o progresso do homem para o melhor. A guerra impede esse progresso. Ela é capaz de produzir impulsos novos à economia. Mas para o pensamento de Kant, o tema do progresso vincula-se ao do esclarecimento num sentido político-moral. Numa nota, perguntando-se por que nenhum governante até agora ousou declarar publicamente que não reconhece nenhum direito do povo contra ele, ele responde que uma tal declaração pública sublevaria todos os súditos, mesmo que eles fossem bem tratados como ovelhas. Com isto ele quer dizer que um ser dotado de liberdade não se satisfaz com as amenidades da vida, que também um governo lhe pode propiciar; mas, consciente desta sua prerrogativa sobre os animais irracionais, "não pode e não deve querer nenhum outro governo para o povo, ao qual pertence, do que um no qual o povo seja co-legislador" (*op. cit.*: 359-60). Trata-se de uma concepção de princípio, segundo a qual o homem não se contenta simplesmente com o que lhe é dado paternalisticamente, mas quer decidir ele mesmo sobre a forma de sua felicidade. Quer dizer, a felicidade no homem passa pela liberda-

de. E o desenvolvimento que ele quer conquistar tem que ser concebido e realizado com sua participação. Contrariamente a isso, aqueles que não querem que todos os homens tomem consciência dessa sua prerrogativa de seres livres, pela qual reivindicam o direito a codeterminar sua felicidade no Estado, tentam mantê-los satisfeitos e tutorados ao nível de sua menoridade. Todo o pensamento iluminista, e especialmente a filosofia libertária de Kant, vê o progresso dos homens para o melhor ocorrer no *espaço público* do esclarecimento. Segundo esta filosofia, um povo esclarecer-se-á necessariamente, desde que não seja impedido artificialmente a tal⁴. Tal esclarecimento tem dois sentidos: primeiro, um sentido de autonomia da razão, pela qual o homem torna-se capaz de pensar por si próprio, livremente; segundo, um sentido explicitamente político: "é a instrução pública do povo quanto a seus deveres e direitos para com o Estado ao qual pertence" (*Streit*: 362). O caminho do esclarecimento é a publicidade (*Publizitaet*)⁵, porque só por ela um povo inteiro pode apresentar suas queixas e reivindicações. Esta publicidade vincula exemplarmente informação e progresso social: "A proibição da publicidade impede o progresso de um povo para o melhor, mesmo naquilo que diz respeito ao mínimo de sua exigência, ou seja simplesmente a seu direito natural" (*op. cit.*: 363).

Kant e os iluministas entenderam a própria razão ligada à idéia de progresso: pela razão o homem desenvolve-se em sociedade, superando seus egoísmos e sua subjetividade e elevando-se à moralidade. Mas Kant foi mais realista que os iluministas de seu século. Com sua acentuada consciência crítica da contingência da razão e da tendência do homem para o mal, ele não considerou o presente como apogeu da humanidade, nem acreditou cegamente no êxito social da ciência como fonte incondicional do bem estar geral. Ora, em nosso tempo Adorno e Horkheimer, em *Dialética do iluminismo*⁶ provaram que o Iluminismo fracassou e que, através das guerras, o desenvolvimento técnico e científico reconduziu os homens a uma barbárie sem precedentes. No entanto, viram também no Iluminismo uma dimensão positiva e libertadora, que mediante a crítica se trataria de recuperar e ainda realizar.

Desejo mostrar um pouco melhor como o desenvolvimento técnico e científico moderno introduz na sociedade informações crescentes, como a sociedade se desenvolve através delas, mas como ao mesmo tempo a sociedade se vê progressivamente mais ameaçada por esse tipo de desenvolvimento, na medida em que ele ao mesmo tempo oferece instrumentos de controle, e que portanto não torna o desenvolvimento técnico e científico necessariamente igual a progresso social.

M. Duverger, em seu livro *As modernas tecnodemocracias*⁷, afirma que o maior nível de desenvolvimento social é um fenômeno ocidental (ele está pensando mais nos países adiantados que em nós), depende dos *meios técnicos*. Caberia investigar o significado desse progresso técnico como princípio geral da evolução das sociedades.⁸ O princípio não vale só para o ocidente, que para isso contou com vantagens geográficas e uma evolução histórica favorável, mas o próprio sistema social, se não tivesse correspondido ao desenvolvimento técnico (que em linguagem marxista equivale ao "estado das forças produtivas"), não teria ultrapassado o nível da utopia. A Duverger interessa investigar apenas o desenvolvimento e os impasses do que ele chama de pluto-democracias, ou seja, sistemas políticos onde o poder repousa sobre o povo (demos) e sobre a riqueza (plutos) (cf. *op. cit.*: 16), e mais especificamente as democracias capitalistas avançadas, que combinam eficiência econômica e um grau apreciável de liberdade política. Foi o progresso técnico que engendrou o capitalismo, que por sua vez engendrou uma ideologia liberal, instituições parlamentares, pluralismo político etc. Duverger mostra que a vinculação entre capitalismo e democracia não é tão tranqüila como aqui parece, na medida em que sob a lei do lucro o progresso técnico não gera um aumento da qualidade da vida, mas constitui uma distribuição de sua irreversível deterioração (a Conclusão, intitulada "A contradição fundamental", proporciona uma comprovação brilhante dessa tese. Cf. *op. cit.*: 229-245).

O problema do progresso técnico na tecnodemocracia está intimamente ligado ao tema da informação. Substituindo a democracia liberal (baseada na concorrência econômica e na lei do mercado), a tecnodemocracia baseia-se nas grandes empresas de direção coletiva, da qual participam os técnicos e as quais impõem seus produtos através da publicidade e dos meios de comunicação de massa, requerendo um Estado forte e ativo que assegure as condições de funcionamento da economia e seu crescimento. O entrosamento e o livre trânsito entre os técnicos da administração estatal e os técnicos das grandes empresas é importante para se entender a que riscos fica exposta a informação, da qual, como vimos, tanto as empresas como a participação social dependem essencialmente. Vejamos alguns aspectos deste problema, sem cujo exame crítico trataremos apenas ilusoriamente do assunto.

- a) A produção de bens é baseada nas pesquisas de mercado. Os desejos dos consumidores são em parte seguidos, mas precisam também ser controlados para que não se alterem; e são estimulados pelas campanhas publicitárias.

- b) A aliança com o Estado e o controle dos meios de comunicação permite um maior domínio sobre os cidadãos, sempre mais condicionados pela publicidade e pela propaganda, gerando consensos sempre mais artificiais: "O fato de que a oligarquia econômica domina os políticos e os administradores que detêm o poder estatal não teria grande significação se ela não controlasse ao mesmo tempo as massas populares que nomeiam e destituem esses membros da classe intermediária através do sufrágio universal" (*op. cit.*: 151). Elementos fundamentais desse controle são a geração do consenso e o enfraquecimento das lutas de classes. A integração do socialismo ao sistema ocidental contribui para o fortalecimento desse consenso e do neocapitalismo, que chegou a incorporar alguns elementos do socialismo, a ponto de Duverger afirmar: "Nos dias de hoje o capitalismo só é viável em razão da parte de socialismo que contém" (*op. cit.*: 156). Trata-se, apressa-se ele a observar, de uma evolução mais ilusória que real, de socialização dos prejuízos, em que os setores não rentáveis são passados ao encargo do Estado.
- c) A expansão econômica torna-se o mito principal das sociedades ocidentais, criado com a ajuda dos meios de comunicação e a respeito da qual os políticos têm que prestar contas aos eleitores.
- d) O indispensável vínculo com o poder político e o custo crescente dos meios de informação leva a oligarquia econômica também ao financiamento de campanhas eleitorais.
- e) O consenso social, gerado pelas técnicas de informação, tornou a tecnodemocracia mais branda e os meios tradicionais de controle secundários. Com efeito, "A oligarquia econômica conseguiu pela publicidade aquilo que os ditadores tentaram pela propaganda: obrigar o público a comprar os produtos ou a sustentar idéias que não atraem no começo, mas que um bombardeio insistente pelos "mass media" tornam familiares e indispensáveis. Assim está garantido o crescimento da produção, para a qual a televisão é tão necessária como os investimentos e o trabalho" (*op. cit.*: 161). Desde a moda, inseparável da publicidade e da produção, aos demais temas tratados nela, a televisão está comprometida com essa imagem e esses rumos do crescimento.⁹

A conseqüência é uma sociedade em vias de desculturação, uma regressão do pensamento, necessária para que não se desenvolva

um pensamento heterodoxo, para que se perca a capacidade de imaginar algo diferente e se reforce a estabilidade social.

No decorrer de minha exposição, ao vincular progresso e racionalidade, na verdade não tive em mente apenas o progresso técnico, que conduziu a formas aperfeiçoadas de dominação humana, sobretudo através dos meios de informação.¹⁰ Pensei sobretudo num progresso social ligado à idéia de razão prática.¹¹ Esta é uma razão autônoma, que compreende em seu conceito sociedade e liberdade, saber e moral. O progresso social visado por uma tal razão culmina, pois, na representação da realização de uma sociedade constituída de igualdade, justiça e liberdade. Mas para que a idéia de um tal estado não seja ilusória, não podemos prescindir dos meios técnicos que sobretudo as ciências põem hoje à nossa disposição, e sem os quais recairíamos na miséria e na impotência. Por isso tem razão também Duverger ao afirmar que "mais do que no pequeno número de seus participantes, a fraqueza fundamental dos movimentos contestatórios vem do fato deles não terem relação direta com o desenvolvimento das forças produtivas" (op. cit.: 221).

Se a técnica e a informação tornam hoje viável o progresso social, a nossa crítica precisa situar-se ao nível do desenvolvimento atual do saber. Porém a nossa imagem do sentido desse saber e dessa técnica precisa mudar: o saber e a técnica não deverão significar mais o domínio que destrói o meio da vida humana, tornando-a inviável; e deverão reinserir a razão na natureza, para que, ao invés de a destruir, encontre nela o seu abrigo. A recuperação da qualidade da vida passa pelo esclarecimento público; passa pela democracia, que tem na informação não manipulada o seu pressuposto e que significa força conjunta, participação igualitária numa vida livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Revista *ISTO É*, 291, de 21/07/82.
2. CHAUI, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Editora Moderna, 1981.
3. KANT, I. *Der Streit der Fakultäten*. Hrsg. v. W. Weischedel, *Werke in Zehn Bänden*, Band 9, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968: 352. Cf. a propósito desse livro de Kant meu artigo "Verdade e liberdade: uma questão epistemológica?" In: *Cadernos SEAF*, 2, 1979: 79-90.

4. KANT, I. "Beantwortung auf der Frage: Was ist Aufklärung?". In: *Werke*, Band 9: 60.
5. Traduzi literalmente o termo alemão aí usado "Publizität", com sentido equivalente ao de "Öffentlichkeit", melhor traduzível por "espaço público" para evitar ambigüidades. Recomento sobre o assunto os livros de J. HABERMAS, *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Neuwied und Berlin, 1969; O. NEGTA/A. KLUGE, *Öffentlichkeit und Erfahrung: Zur Organisationsanalyse von bürgerlicher und proletarischer Öffentlichkeit*. Frankfurt, Suhrkamp, 1972.
6. HORKHEIMER, M./ADORNO, Th. W. *Dialectica del iluminismo*, Buenos Aires, Sur, (há uma tradução brasileira do I capítulo desse livro na coleção "Os pensadores").
7. DUVERGER, M. *As modernas tecnodemocracias: poder econômico e poder político*. Trad. de M. Costa Santos, Rio, Paz e Terra, 1975. Devo a sugestão da leitura desse livro a M. PEREIRA, *Imprensa: um compromisso com a liberdade*. Florianópolis, UFSC coedição Editora Leonardelli, 1979. Este livro é muito informativo e crítico a respeito da repressão à liberdade de imprensa e do direito de informação durante o último decênio no Brasil.
8. HABERMAS adota ponto de vista semelhante no capítulo omônimo do livro *Technik und Wissenschaft als Ideologie*. Frankfurt, Suhrkamp, 1968 (o capítulo foi traduzido no volume sobre a Teoria Crítica da coleção "Os pensadores"). O caráter geral do princípio aludido poderia ser criticado desde o ponto de vista implícito no próprio livro de Duverger, que por exemplo ressalta a originalidade do desenvolvimento econômico e político chinês.
9. Veja por exemplo o que escreve Duverger a respeito: "Uma análise das televisões, das estações de rádio e da grande imprensa nas nações ocidentais mostraria que elas desenvolvem incansavelmente os temas da superioridade da concentração das empresas, da competência e da seriedade dos homens de negócios, da incompetência e da versatilidade dos políticos, da esclerose e da carestia dos serviços públicos, do caráter nocivo de toda ideologia (isto é, de toda a representação de uma sociedade diferente da sociedade atual), do caráter irresponsável e patológico dos intelectuais (suscetíveis de imaginar críticas em profundidade da ordem estabelecida), etc. O erotismo artificial e a sexualidade infantil da publicidade disfarça esta mensagem de modo picante sem alterar-lhe o caráter conservador. Ele é totalmente orientado para a justificação da oligarquia econômica" (162). Para um exame comparativo da situação da informação nos países capitalistas e socialistas, cf. 163. Para um confronto com a sua situação no Brasil, vide M. Pereira (Nota 7).
10. Enquanto redigia este texto, vi anunciada a publicação iminente do livro de AZEVEDO, MARTHA A. *Controle de informação como forma de dominação*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1982.
11. Cf. ROHDEN, V. *Interesse da razão e liberdade*. São Paulo, Editora Ática — Ensaio 71, 1981.